



PRESERVANDO A HISTÓRIA E A CULTURA MINEIRA

Um olhar sobre o patrimônio
arqueológico de Minas Gerais



PRESERVANDO A HISTÓRIA E A CULTURA MINEIRA

Um olhar sobre o patrimônio
arqueológico de Minas Gerais

FICHA TÉCNICA

Organização: Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Responsável: Marcos Paulo de Souza Miranda

Elaboração e texto: Marcelo Fagundes e Vândiner Ribeiro
Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Produção: Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI-MPMG)

Coordenação: Giselle Borges

Direção técnica: Alessandro Paiva

Projeto gráfico e diagramação: Esther Gonçalves

Revisão: Oliveira Marinho Ventura

(SUMÁRIO)

1. ARQUEOLOGIA E SUA IMPORTÂNCIA	
1.1. Uma pequena introdução	6
1.2 A Arqueologia – uma definição	7
1.3 A ciência arqueológica	8
1.4. O objeto de estudo da Arqueologia	8
1.5. O que é um sítio arqueológico?	11
1.6. O patrimônio arqueológico e as leis brasileiras	12
1.7. A Arqueologia no Brasil	13
1.8. As formas de estudo na Arqueologia	13
1.8.1. O contexto arqueológico	14
1.8.2 As prospecções	14
1.8.3 A escavação	16
2. A CULTURA MATERIAL LÍTICA – O TRABALHO NA PEDRA	20
2.1. Como as ferramentas em pedra eram	21
2.2. Quais as ferramentas líticas mais comuns	22
MAPA “ARQUEOLOGIA DE MINAS GERAIS - SÍTIOS CONHECIDOS”	24
3. A CULTURA MATERIAL CERÂMICA	28
4. A ARTE RUPESTRE	34
5. ALGUNS SÍTIOS E REGIÕES ARQUEOLÓGICAS EM DESTAQUE	40
5.1. A Casa da Baronesa, Ouro Preto	40
5.2. Escavação do quintal da Casa da Chica da Silva, Diamantina	41
5.3. O Triângulo Mineiro	42
5.4. Área arqueológica de Lagoa Santa – o caso de Luzia	43
5.5. Sítio Toca do Índio, Andrelândia	44
5.6. A região de Diamantina	44
5.7. A região de Pains – O Sítio Buracão dos Bichos	46
6. PARA QUEM GOSTA DE LER	48
7. PARA QUEM GOSTA DE NAVEGAR NA INTERNET	48





(1)
**ARQUEOLOGIA
E SUA IMPORTÂNCIA**

(1.1) UMA PEQUENA INTRODUÇÃO

A palavra Arqueologia significa o estudo ou a ciência do passado. Do grego *Archaïos*, que significa passado ou antigo e *Logos*, que significa ciência ou estudo.

Ao longo deste texto, vamos aprofundar essa definição do que seja a Arqueologia. Vamos discutir sobre sua importância enquanto ciência – tanto na produção de conhecimento, quanto em sua socialização (ou seja, divulgação entre a sociedade de tudo que é produzido pela pesquisa arqueológica) – e sua importância sociocultural, responsável por permitir a compreensão do passado.

Vale lembrar, contudo, que a Arqueologia possibilita, principalmente, a sensibilização da importância dos vestígios materiais do passado no presente (denominados de **patrimônio arqueológico**¹), enquanto nossa herança cultural.

Esses vestígios do passado (arqueológicos), estudados pelos **arqueólogos**², são encontrados no presente e por meio deles podemos fazer a conexão com a cultura, com o comportamento e mesmo com as ideias (os modos de pensar) das populações já extintas.

Não é incomum em nossa sociedade o desconhecimento da real importância desses remanescentes (vestígios) culturais, fato que tem contribuído para a destruição massiva do patrimônio arqueológico brasileiro.

Logo, *o desconhecimento leva à destruição!* Diante disso, já aproveitamos o momento para fazer um convite: vamos preservar o nosso patrimônio arqueológico?

Essa tarefa, porém, não é fácil, pois é preciso criar estratégias de sensibilização das pessoas nas várias instâncias que compõem a sociedade brasileira (política, social ou cultural) do porquê de se preservar os sítios arqueológicos.

Diante dessa tarefa de sensibilização e do convite de preservação do nosso patrimônio arqueológico, continuaremos nossa conversa discutindo sobre o patrimônio arqueológico mineiro e sobre a educação patrimonial.

1. O patrimônio é a herança de um povo, que garante a preservação de sua memória e da cultura, conferindo-lhe identidade e alteridade. Por patrimônio arqueológico entende-se o conjunto de expressões materiais da cultura referentes às diversas sociedades nacionais. São bens potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações passadas às gerações futuras.

2. Os arqueólogos são os profissionais que trabalham com Arqueologia.

(1.2) A ARQUEOLOGIA – uma definição

A Arqueologia sempre foi vista – e ainda é – como uma ciência envolta em aventura ou busca de tesouros. Essa visão se deve muito aos filmes *hollywoodianos* (**Indiana Jones**, por exemplo) e, mais recentemente, aos jogos de videogame. Mas o que realmente é a Arqueologia? Qual é o verdadeiro trabalho do arqueólogo?

Há muitos mitos sobre o ofício do arqueólogo, mas podemos iniciar nossa história afirmando que se trata de uma profissão de imensa importância social na busca incessante de informações acerca do modo de vida e da cultura dos grupos humanos do passado em todo o planeta.

Como dito pelo arqueólogo Pedro Paulo Funari (2012), apesar de ter sido vista por muito tempo como a ciência da cultura material, com o objetivo de se estudar as “coisas” criadas pelo trabalho e criatividade humana (os artefatos), atualmente é consenso entre os arqueólogos que os vestígios materiais são um meio de acessar a mente (as ideias) das pessoas do passado.

Alguns podem questionar: Para que serve estudar o passado?

Esse questionamento é bastante comum e de extrema importância. O passado nos parece muito distante, sobretudo o passado “pré-histórico”. Por exemplo: um professor em uma aula de Pré-História do Brasil fala que os primeiros habitantes viveram aqui há mais de 40 mil anos! Isso é muito tempo! Quantas gerações antes da atual teriam passado por aqui? É realmente necessário conhecê-las?

Podemos afirmar sem dúvidas que é extremamente importante conhecê-las. Sabem por quê? Porque o passado responde a questões importantes sobre nosso presente.

Vocês lembram que iniciamos este texto afirmando que o passado, mesmo que muito distante, nos informa quem somos hoje? Pois bem, princípios como memória social, cidadania, alteridade e identidade se constroem ao longo da nossa história de vida, ou seja, de como vivíamos no passado e como todas as transformações (culturais, sociais, ideológicas, políticas etc.), moldaram o que somos hoje.

Estudar a história de vida de grupos humanos, no tempo e no espaço, é o principal objetivo da Arqueologia. Entender que o presente se fez por meio de diferentes escolhas e construções de sociedades do passado é uma meta primordial dessa Ciência.

Assim, resumindo todas essas informações, podemos definir a Arqueologia como a ciência responsável por estudar o passado humano a partir dos vestígios e restos materiais (cultura material ou remanescentes culturais) deixados pelos diferentes grupos humanos que ocuparam o planeta há várias e várias gerações, ao longo de mais de 5 milhões de anos! Contudo, o objetivo da Arqueologia são as pessoas, buscando compreender as relações sociais, os comportamentos e as mudanças ao longo da história da Humanidade.

(1.3) A CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA

A Arqueologia é uma Ciência Humana, já que uma de suas metas é a explicação do que aconteceu com os povos do passado, buscando a compreensão sobre os comportamentos e ideias (modos de pensar) dessas pessoas por meio dos materiais remanescentes que as pessoas fizeram ou usaram e do impacto físico de sua presença no ambiente. Por exemplo: ferramentas feitas de pedra, cacos de panelas de barro, instrumentos de metais, restos de fogueiras, ruínas de fortes, igrejas ou fazendas.

Dessa forma, é importante destacar que arqueólogos pensam e executam suas pesquisas com alguns questionamentos em mente. Claro que seria impossível narrar todos aqui, mas entre eles podemos citar:

- a) Como viviam as pessoas do passado?
- b) Onde essas pessoas moravam? Como elas moravam?
- c) O que comiam? Como conseguiam obter os seus alimentos? Caçavam? Pescavam? Colhiam frutos no meio ambiente ou plantavam?
- d) Como eram feitas suas ferramentas? Onde conseguiam as matérias-primas para produzi-las?
- e) Como eram as relações sociais e políticas entre as pessoas dessas comunidades do passado?
- f) Como essas pessoas entendiam o mundo ao seu redor?

(1.4) O OBJETO DE ESTUDO DA ARQUEOLOGIA

O objeto de estudo da Arqueologia é denominado de cultura material (ou se preferirem remanescentes culturais, vestígios culturais ou repertório cultural). Diferentemente de outros profissionais das Ciências Humanas e Sociais, o arqueólogo geralmente não tem acesso direto ao pensamento dos indivíduos do passado, salvo quando existem remanescentes desses povos ainda vivos, a exemplo dos grupos indígenas e comunidades quilombolas, ou quando existe documentação escrita relacionada ao período de estudo ou o foco de estudo seja a nossa própria sociedade, como é o caso da Arqueologia Industrial ou mesmo da Arqueologia Histórica, ambas lidando com a história mais recente de nossa sociedade.

Essa cultura material, além disso, encontra-se, na maioria das vezes, sedimentada pela ação do tempo, ou seja, está enterrada no solo e, por isso, a necessidade de escavação para sua

localização e identificação.

Em muitos lugares do Brasil e do mundo, alguns sítios arqueológicos foram encontrados por agricultores que, durante a atividade de arar a terra, acabam evidenciando cacos de panelas de barro, instrumentos feitos de pedra lascada ou polida (lâminas de machados e mãos de pilão, popularmente chamadas de “pedra de raio”). Todos esses materiais servem aos arqueólogos na busca da compreensão de como os grupos do passado viviam, como relacionavam entre si e com outros grupos, da relação que tinham com o meio ambiente, entre outras muitas questões importantes para a compreensão da vida em sociedade.

Há, também, sítios arqueológicos que apresentam repertório cultural que não está sedimentado. É o caso dos sítios de arte rupestre (comuns em todo território de Minas Gerais), importantes fontes de informações sobre as culturas e os modos de vida no passado.



Figura 1: Ruínas da Estação Ecológica de Aredes, Itabirito, MG. Duarte/2013



Figura 2: Casa da Chica da Silva (atual sede do escritório do IPHAN/MG), Diamantina, MG. Fagundes/2011



Figura 3: Exemplo de bem móvel. Raspador plano-convexo de sílex, Ituiutaba, MG. Fagundes/2011

Existem, ainda, ruínas de antigas construções: cidades, vilas, fortes, igrejas, cemitérios, indústrias etc. No Brasil essas construções são importantes fontes de estudo da Arqueologia Histórica. Podemos citar, por exemplo, a escavação do Quintal da Casa da Chica, importante personagem da história mineira. Sua residência (Figura 2), localizada na cidade de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, está sendo estudada por arqueólogos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Assim, esses remanescentes estão representados por vários itens materiais, denominados de vestígios móveis ou imóveis.

Os vestígios móveis (Figura 3) são aqueles que podem ser removidos de um lugar para o outro sem que haja modificação em sua forma.

São exemplos de bens móveis:

a) *Vasilhames cerâmicos* (inteiros ou cacos), tanto do período histórico quanto pré-colonial, ou seja, antes da chegada dos europeus. A cerâmica é um importante vestígio e muito comum nos sítios arqueológicos brasileiros, trazendo informações valiosas sobre dieta, modos de vida e aspectos simbólicos das populações que a produziu.

b) Ferramentas de pedra, os chamados artefatos líticos, produzidos com rochas ou minerais aptos à técnica de lascamento (como discutiremos adiante) são também extremamente comuns nos sítios arqueológicos brasileiros.

c) Objetos em metais ou outro tipo de matéria-prima, como madeira, ossos, conchas, vidro etc.

d) Restos de alimentos (vestígios faunísticos ou botânicos), que representam a dieta de populações progressas.



Figura 4: Exemplo de bem imóvel. Ruínas de uma antiga igreja (séc. XVIII) na Fazenda Santa Cruz do Gavião, divisa entre Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, MG



Figura 5: Exemplo de bem imóvel. Painel rupestre do sítio Lapa dos Desenhos da Mata dos Crioulos, Serro, MG

Há também os denominados vestígios imóveis (Figuras 4 e 5), ou seja, aqueles que não podem ser removidos do seu local de origem sem que haja modificação de suas formas, tais como: estruturas de antigas residências ou qualquer outro remanescente arquitetônico, fogueiras e figurações rupestres.

(1.5) O QUE É UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO?

Os sítios arqueológicos podem ser compreendidos como o local de trabalho do arqueólogo. Há centenas de definições sobre o que seja um sítio arqueológico. Preferimos compreendê-los como espaços onde são evidenciados remanescentes culturais ou cultura material (de qualquer ordem) que nos indicam usos e comportamentos ou mesmo relações sociais.

Os sítios arqueológicos são espaços destinados à moradia (na vida ou na morte), paradas para descanso, locais de observações, estações de caça ou pesca, áreas de captação de recurso.

Enfim, são lugares que trazem consigo informações temporais, espaciais e culturais acerca de como grupos humanos viviam no passado: suas dietas, seus rituais, como se apropriavam do meio ambiente etc.

Os sítios arqueológicos se formam como resultado de interações entre ações humanas e processos naturais que são responsáveis por enterrar os vestígios deixados no solo por populações antigas.

Conforme o artigo 1º da *Carta de Lausanne*, de 1990 (Recomendação Internacional para Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico), o patrimônio arqueológico

compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado.

Logo, a cultura material ou mesmo os bens culturais de interesse para a Arqueologia abrangem todos os vestígios materiais que denotem a existência humana em escalas espacial e temporal. Esses vestígios são considerados patrimônio pela lei brasileira.

Engloba todos os lugares onde há indícios físicos das atividades humanas, não importando quais sejam, a exemplo de antigas aldeias indígenas, abrigos em cavernas (as pinturas e gravuras rupestres, além dos demais objetos associados), concentração de instrumentos utilizados no cotidiano, como cerâmica e objetos de pedra dispostos na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como estruturas edificadas: engenhos, fortificações, casas,

fazendas, minerações, portos, quilombos. Em síntese, qualquer vestígio de atividades humanas em um determinado espaço é considerado um sítio arqueológico.



Figura 6: Escavação do sítio Lapa da Onça, Diamantina, MG. Fagundes/2013



Figura 7: Sítio Lapa do Macaco (Cabeças 1), Felício dos Santos, MG. Fagundes/2013

(1.6) O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E AS LEIS BRASILEIRAS

Os estudos arqueológicos no Brasil são regidos por um corpo legislativo extremamente bem fundamentado e fiscalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC).

No Brasil, um sítio arqueológico é patrimônio da União segundo a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que, em seu artigo 3º, garante a proteção desse patrimônio. Portanto, os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público.

A Constituição Federal Brasileira também contempla os sítios arqueológicos em seu artigo 215 e, em seu artigo 23, declara ser de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”.

Logo, a proteção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico, constitui condição essencial para a conservação de dados fundamentais sobre os processos históricos e culturais de uma nação, garantindo, inclusive, a consolidação de sua memória, identidade e cidadania, bem como suscitando processos de valorização e preservação desse patrimônio como práticas de educação.

Lembre-se: apenas arqueólogos têm permissão para realizar pesquisa. Encontrando vestígios do passado em seu bairro ou sua cidade, procure as autoridades locais e avise sobre o achado. Você pode estar contribuindo para o aumento do conhecimento sobre o passado!

(1.7) A ARQUEOLOGIA NO BRASIL

No Brasil a Arqueologia é uma ciência e profissão em expansão. Hoje há muitos cursos de bacharelado em Arqueologia (faculdades) espalhados pelo país, bem como excelentes cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Uma informação muito importante: no Brasil apenas arqueólogos podem fazer interferências no solo em busca de remanescentes culturais do passado e, mesmo assim, com autorização do órgão federal responsável, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Como o patrimônio arqueológico é um bem de caráter público (ou seja, de todos nós), qualquer ação que leve a destruição, parcial ou total, desse bem é considerada crime.

Como se pode ver, o arqueólogo tem uma responsabilidade muito grande em suas mãos, o que exige anos e anos de estudo, tanto para estar habilitado nas práticas científicas da Arqueologia, como na produção de conhecimento acessível a todo o povo brasileiro, real proprietário do patrimônio arqueológico.

Assim, cabe ao arqueólogo realizar pesquisas, incluindo a escavação, análises de laboratório, escrever artigos e livros sobre o passado brasileiro, propiciar que todos tenham acesso ao conhecimento produzido e, principalmente, cooperar efetivamente na defesa e proteção do patrimônio arqueológico nacional.

(1.8) AS FORMAS DE ESTUDO NA ARQUEOLOGIA

Há muitos modos (ou metodologias) que são utilizados para o estudo da Arqueologia. O mais conhecido é a *escavação*.

Contudo, a escavação é uma parte de todo o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo para se compreender o modo de vida e cultura do passado. Antes da escavação existem as prospecções para levantamento arqueológico regional e, em seguida, os trabalhos de laboratório, gabinete e socialização do conhecimento, ou seja, atividades de interpretação dos dados para serem repassados à comunidade científica e à sociedade como um todo.

(1.8.1) O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Antes de iniciarmos uma discussão sobre os métodos e técnicas de trabalho do arqueólogo, é fundamental explicarmos o que é o *contexto arqueológico* e sua importância para a pesquisa.

Para a pesquisa arqueológica o contexto é uma condição essencial para se pensar o modo de vida e cultura no passado.

Podemos definir como *o local exato em que um artefato ou estrutura arqueológica foram evidenciados*.

Além disso, as condições e as circunstâncias em que esses vestígios foram encontrados são essenciais para a posterior interpretação, uma vez que, assim, o arqueólogo e equipe poderão realizar inferências sobre:

- a) Como os vestígios foram produzidos, por exemplo, os instrumentos *líticos*.
- b) *Sobre as diferentes áreas de atividade do sítio arqueológico, como já citados, um fogão, fundo de cabana (habitação), área de produção de uma determinada ferramenta (oficina lítica – local onde se produzem ferramentas em rochas e minerais) etc.*
- c) *Até mesmo o tipo de sítio arqueológico, quando possível relacioná-lo a outros sítios regionalmente.*

(1.8.2) AS PROSPECÇÕES

Antes das intervenções do solo representadas pelas escavações, uma das etapas da atividade arqueológica é a chamada prospecção, com o objetivo principal de se obter um conhecimento mais sólido da área a ser trabalhada (Figuras 8, 9 e 10).

Esse conhecimento é denominado pelos arqueólogos como “realidade arqueológica”, ou seja: como são as características ambientais regionais (relevo, vegetação, hidrografia, modificações antrópicas etc.); qual a densidade de sítios arqueológicos regionalmente (quantos são); quais tipos de sítios arqueológicos existem na área; o grau de impactos sofridos pelos sítios arqueológicos, entre outras questões.

Em síntese, a prospecção consiste em caminhamentos sistemáticos (ou seja, com uma metodologia predeterminada – Figura 9) pela paisagem em busca de sítios arqueológicos.

O planejamento para as prospecções começa em laboratório. Geralmente o arqueólogo e equipe fazem consulta aos documentos existentes sobre a área que será pesquisada (as chamadas



Figura 8: Atividades de prospecção e mapeamento. Sítio Amaros I, Itamarandiba, MG. Fagundes/2011



Figura 9: Prospecção em área arada no Triângulo Mineiro. Cachoeira Dourada, MG. Fagundes/2012

fontes secundárias: documentos históricos, etnológicos, geográficos e ambientais), além de realizar consulta às bases cartográficas disponíveis, ou seja, cartas topográficas, imagens de satélite e outros referenciais que auxiliarão nessas caminhadas.

Atualmente, o GPS (sigla em inglês para sistema de posicionamento global) é um equipamento fundamental nas pesquisas arqueológicas e extremamente necessário nas prospecções.

Com ele as coordenadas geográficas de todas as áreas de interesse arqueológico são marcadas para que, em laboratório, se produza a cartografia regional que irá permitir interpretações sobre o passado de uma dada região.

Ao encontrar um sítio arqueológico (ou uma área de interesse arqueológico), o arqueólogo e sua equipe, com uso do GPS, retiram as coordenadas geográficas para efetiva localização do sítio e, em seu *caderno de campo*, faz anotações das principais características ambientais e culturais.

Além disso, preenche uma ficha do IPHAN, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), de forma que os dados fiquem disponíveis *on-line* para qualquer pesquisador ou interessado.



Figura 10: Prospecção em abrigos de arte rupestre. Gouveia, MG. Fagundes/2012

(1.8.3) A ESCAVAÇÃO

A **escavação** consiste em uma intervenção no solo para evidenciação de vestígios que possam ter sido sedimentados ao longo do tempo (Figuras 11 e 12).

A metodologia para a escavação é muito complexa, uma vez que o arqueólogo busca evidenciar e manter os vestígios no exato local em que foi encontrado. Essa preocupação está relacionada ao **contexto arqueológico**, como já explicado, que permitirá ao arqueólogo e equipe reconstituir, em laboratório, o passado com maior exatidão, inferindo sobre uso social dos vestígios, as áreas de atividade e até o uso pretérito daquele sítio arqueológico por seus habitantes. Melhor: pode-se até inferir quantas ocupações aquele sítio sofreu ao longo da história.

Fato importante a destacar é que esses vestígios certamente sofreram ações perturbadoras ao longo dos anos, entre elas:

a) *Bioturbações*: ação de animais, como pequenos roedores ou aves que fazem tocas no sítio; insetos, como cupins e formigas; pisoteio de gado etc.

b) *Agentes de ordem natural*: chuva, enxurradas, deslocamento do sedimento etc.

c) *Agentes antrópicos*: ação dos humanos no sítio arqueológico.

Logo, os vestígios quase nunca são evidenciados pelo arqueólogo do mesmo modo como foram deixados pelos grupos do passado.

Há vários tipos de intervenções no solo. Há as chamadas *sondagens*, que buscam identificar a



Figura 11: Escavação do sítio Mendes 2, Diamantina, MG



Figura 12: Equipe de arqueólogos da UFMG e UFVJM realizando a escavação do sítio Lapa da Onça, Diamantina, MG. Observe o uso da estação total (esquerda da imagem) e confecção de croquis (direita da imagem). Fagundes/2013

dispersão e extensão dos vestígios arqueológicos no tempo e no espaço. Ou seja, a densidade de material arqueológico por camada e até que profundidade se encontrarão esses vestígios.

Geralmente as sondagens são utilizadas para permitir uma visualização do contexto do sítio arqueológico: processos de formação, densidade de vestígios arqueológicos etc.

Segundo o arqueólogo português Nuno Ferreira Bicho (2011), “As sondagens arqueológicas podem tomar várias formas, dependendo o objetivo e tempo que o arqueólogo tem para proceder a esse tipo de trabalho (...) os objetivos das sondagens são sempre a obtenção de informação referente a um sítio arqueológico, no que se respeita à sua extensão, determinação de seus limites físicos, à sua estratigrafia, integridade e qualidade do seu contexto”.

Com isso o arqueólogo e sua equipe analisarão o que se chama de *pacote arqueológico* (ou camada de ocupação). Uma *camada de ocupação* pode ser composta de vários níveis e, por isso, a pessoa que está escavando deve realizar a atividade com o máximo de atenção possível, procurando identificar o local exato de cada vestígio, se há mudanças na tonalidade (cor) do sedimento, pequenas manchas, se há intervenções de animais ou antrópicas etc.

Logo, a manutenção de uma metodologia rígida permite ao arqueólogo realizar inferências e interpretações importantes para a pesquisa.

Os equipamentos para o trabalho são, de certo modo, muito simples: colher de pedreiro, barbante, estacas, pinças, espátulas, pincéis, nível de bolha, baldes, peneiras de diferentes malhas, máquina fotográfica, filmadoras, bússola, GPS, estação total (equipamento topográfico – **Figura 12**), entre outros.

De modo geral, o principal objetivo é realizar um levantamento total das informações obtidas em campo. Tudo deve ser minuciosamente registrado!

Para tanto, desenhos e croquis são feitos durante toda a atividade, tudo é fotografado (e filmado), são realizadas intensas anotações de tudo que é observado em campo, mesmo algo muito sutil (como dito, manchas no solo, registro da presença de insetos ou outros animais etc.).

Devemos lembrar que a escavação é um ato *destrutivo*. Depois de escavado, não há como reconstituir o solo e, portanto, a perda de um dado é irreparável!





(2)
A CULTURA
MATERIAL
LÍTICA

(2) A CULTURA MATERIAL LÍTICA – O TRABALHO NA PEDRA

Os primeiros habitantes do território que chamamos de Brasil tinham modo de vida e cultura muito complexos, realidade comprovada pela variedade de ferramentas que compunham seus conjuntos artefatuais.

Entre essas várias ferramentas, merecem destaque aquelas produzidas em rochas ou minerais, os denominado *artefatos líticos*. Essas eram utilizadas em uma variedade de atividades, atendendo, assim, a uma imensidão de necessidades cotidianas dos grupos: cortar, raspar, perfurar, aplainar, macerar, triturar, alisar etc.

Há várias definições para o que sejam os artefatos líticos. Preferimos considerá-los como ferramentas feitas por meio do lascamento ou polimento de rochas ou minerais que apresentam constituição mineralógica propícia para o fabrico de instrumentos.

Essas ferramentas podiam ser utilizadas em diferentes tipos de atividades, como já dito: cortar, raspar, perfurar, aplainar, bater, macerar, triturar etc. Há uma diversidade de tipos e formas dessas ferramentas, o que denota a importância delas no cotidiano social.

Em algumas regiões do Brasil, há uma variedade de matéria-prima apta à confecção de ferramentas.

Em outras, como na região amazônica, há restrições. De qualquer modo, é um registro sempre presente nas escavações arqueológicas.

Em Minas Gerais, as matérias-primas mais comuns utilizadas para a confecção de ferramentas em pedra são o quartzo, o sílex, o arenito silicificado e o quartzito. Na região do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, há predomínio do quartzo e do quartzito; já no Triângulo Mineiro, o maior número de ferramentas foi produzido em arenito silicificado e o sílex tem uma expressão significativa.

Fato importante a ser lembrado é que no Brasil as diferentes sociedades pré-coloniais que ocupavam o território não haviam desenvolvido a metalurgia, ou seja, a tecnologia dos metais, introduzida entre esses grupos a partir do contato com os europeus. Assim, muitas das atividades que hoje envolvem o uso de metais eram realizadas por meio das ferramentas líticas (de pedras).

Finalmente, é importante destacar que rochas e minerais também poderiam ser utilizados para confecção de adornos, para estruturas construtivas, entre uma imensa gama de atribuições.



Figura 13: Ponta de flecha, Andrelândia, MG. Fonte: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande

(2.1) COMO AS FERRAMENTAS EM PEDRA ERAM PRODUZIDAS

Arqueólogos do mundo todo têm estudado detalhadamente acerca da tecnologia de produção de ferramentas líticas. As primeiras ferramentas produzidas têm cerca de 2,5 a 3 milhões de anos, fazendo parte do repertório cultural do *Homo habilis*.

O *Homo habilis* produziu ferramentas muito simples, consistindo na retirada de algumas lascas para criação de um gume cortante. Na literatura especializada, essas ferramentas são chamadas de *choppers* (unifaciais) e *chopping tool* (bifaciais).

Com o tempo, as técnicas foram ficando cada vez mais aprimoradas e, conseqüentemente, foram-se ampliando os conjuntos artefatuais.

As ferramentas podem ser produzidas por meio de diferentes técnicas. Há artefatos que são *lascados* e os que são *polidos*. Que foram produzidos por lascamento *unipolar* ou por lascamento *bipolar*. Os que sofreram modificações intencionais para delinear a forma e ainda aqueles que receberam retoques (pequenas retiradas) para criar um gume ativo (cortante).

Para as ferramentas lascadas, as técnicas mais comuns são a *unipolar* e a *bipolar*. Outras formas de lascamento já foram observadas, mas as citadas ocorrem em maior expressão nos sítios arqueológicos brasileiros.

Na técnica de *lascamento unipolar*, a matéria-prima é segura por uma das mãos, sendo a outra utilizada para bater na outra extremidade da matéria-prima por um percutor duro – rocha ou mineral com maior índice de dureza (Figura 14).

Já no *lascamento bipolar*, a matéria-prima é mantida sobre uma bigorna, onde um percutor é utilizado para bater no ângulo oposto àquele de encontro do bloco e da bigorna (Figura 15).

No *lascamento por pressão*, executa-se uma pressão precisa no bloco de matéria-prima utilizando-se de uma alavanca de extremidade pontuda e mais resistente que a matéria a ser trabalhada, de modo que se possa destacar o suporte esperado.

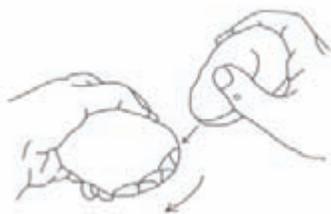


Figura 14: Representação de lascamento unipolar Lara/2013

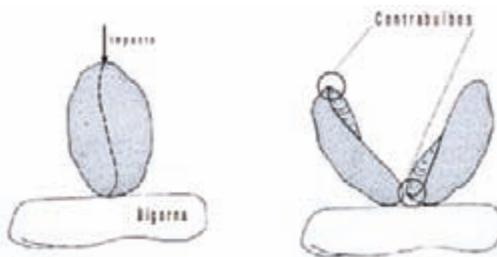


Figura 15: Exemplo de lascamento bipolar. Fagundes/2004

O processo de lascamento pode ser seguido de outras técnicas, entre as quais as retiradas de *façonagem* e os *retoques* (Figuras 16 e 17).

Por *façonagem* se entendem retiradas efetuadas nos gumes dos artefatos de modo a dar a forma e volume desejados pelo artesão. Já os *retoques* são pequenas retiradas no gume para torná-lo ativo (cortante, por exemplo), ou como forma de reavivar sua função.

As ferramentas lascadas mais comuns são os raspadores (Figuras 17 e 18), pontas-projéteis (Figura 13), lascas retocadas, furadores e talhadores.

Já a técnica de *polimento* consiste na produção de artefatos intencionalmente polidos para determinado fim (Figura 18).

De modo geral, iniciam com o picoteamento da matéria-prima, seguido pelo alisamento e polimento, que podem ser considerados a fase final de preparação do artefato.



Figuras 16 e 17: Artefato plano-convexo de arenito silicificado (lesma), comum em todo o Brasil central. A peça em destaque foi evidenciada na margem direita do rio Tijuco, Ituiutaba, MG. Esse artefato foi produzido sobre lasca, por meio da técnica *façonagem* (dar a forma desejada) e *retoques* (criar o gume ativo – cortante), observe nos bordos os negativos das retiradas



Figura 18: Artefato lascado de quartzito (plano-convexo). Diamantina, MG. Fagundes/2012



Figura 19: Lâmina de machado semilunar. Conceição dos Ouros, MG. Fagundes/2013



Figura 20: Lâmina de machado. Felício dos Santos, MG. Bispo/2012

Para o arqueólogo André Prous (1992), o alisamento consiste numa abrasão grosseira das superfícies, com auxílio de areia, que deixa estrias visíveis a olho nu. Já o polimento é feito com auxílio de um abrasivo muito fino e cria uma superfície brilhante – uma vantagem apenas estética sobre o simples alisamento.

No caso das lâminas de machado polidas, a preparação do gume (porção final e ativa do instrumento) por meio do polimento é essencial, pois ele corresponde à zona transformativa que necessita de um fio cortante e de um plano de corte homogêneo, sem presença de qualquer tipo de irregularidade.

(2.2) QUAIS AS FERRAMENTAS LÍTICAS MAIS COMUNS

Como dito anteriormente, as ferramentas líticas eram produzidas para atender a uma imensa gama de necessidades sociais, como cortar, macerar, triturar, perfurar, raspar, aplinar etc.

Além disso, eram utilizadas como instrumentos de prestígio e poder, ou seja, ferramentas que apresentam um caráter simbólico, utilizadas para destacar o papel de um indivíduo na sociedade, como adorno corporal e instrumentos relacionados à guerra.

Nos sítios arqueológicos mineiros, as ferramentas de ordem prática, tanto as lascadas quanto as polidas, são as mais comuns.

Entre os lascados, os raspadores são muito frequentes. Geralmente são ferramentas feitas sobre lascas, utilizadas tanto para cortar quanto para raspar. Há ainda os refugos de lascamento, que são literalmente pedaços que rochas e minerais que se desprenderam do processo técnico de produção das ferramentas (pequenas lascas) ou restos do processo (núcleos).

O vestígio de material polido mais comum são as lâminas de machado polidas (Figura 21). Entre as comunidades em todo o estado são muito conhecidas, sobretudo as chamadas de “pedra de raio”. Há entre as pessoas um mito segundo o qual se trata de raios materializados e, portanto, nocivos às pessoas, uma vez que trariam má sorte.

Muitas lâminas são encontradas, principalmente por pequenos agricultores no ato de arar a terra. Infelizmente muitos as jogam em rios em função do mito criado em torno dessa cultura material.

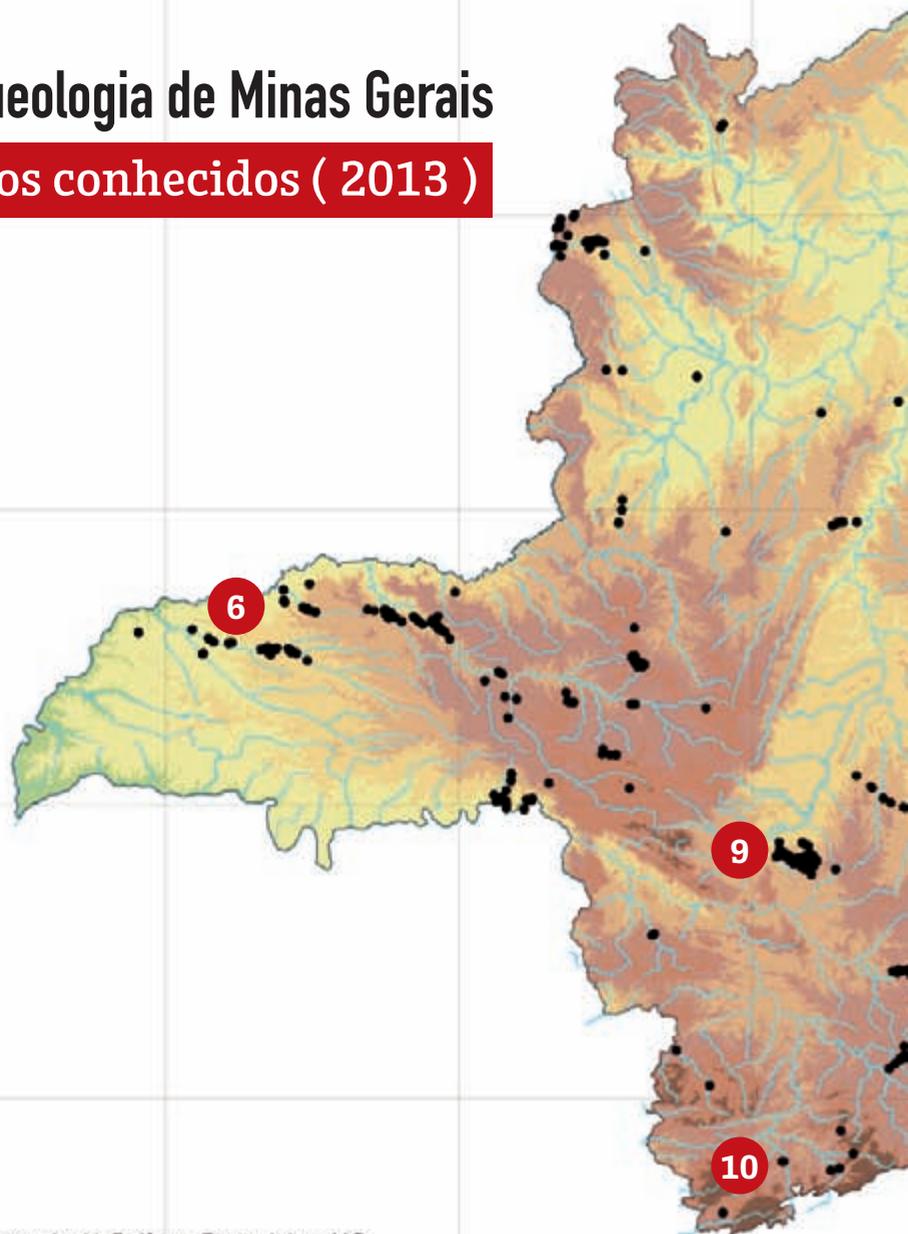
Ainda entre os polidos, é comum evidenciarmos, em sítios de Minas Gerais, as mãos de pilão, almofarizes e os chamados tembetás – adornos labiais.



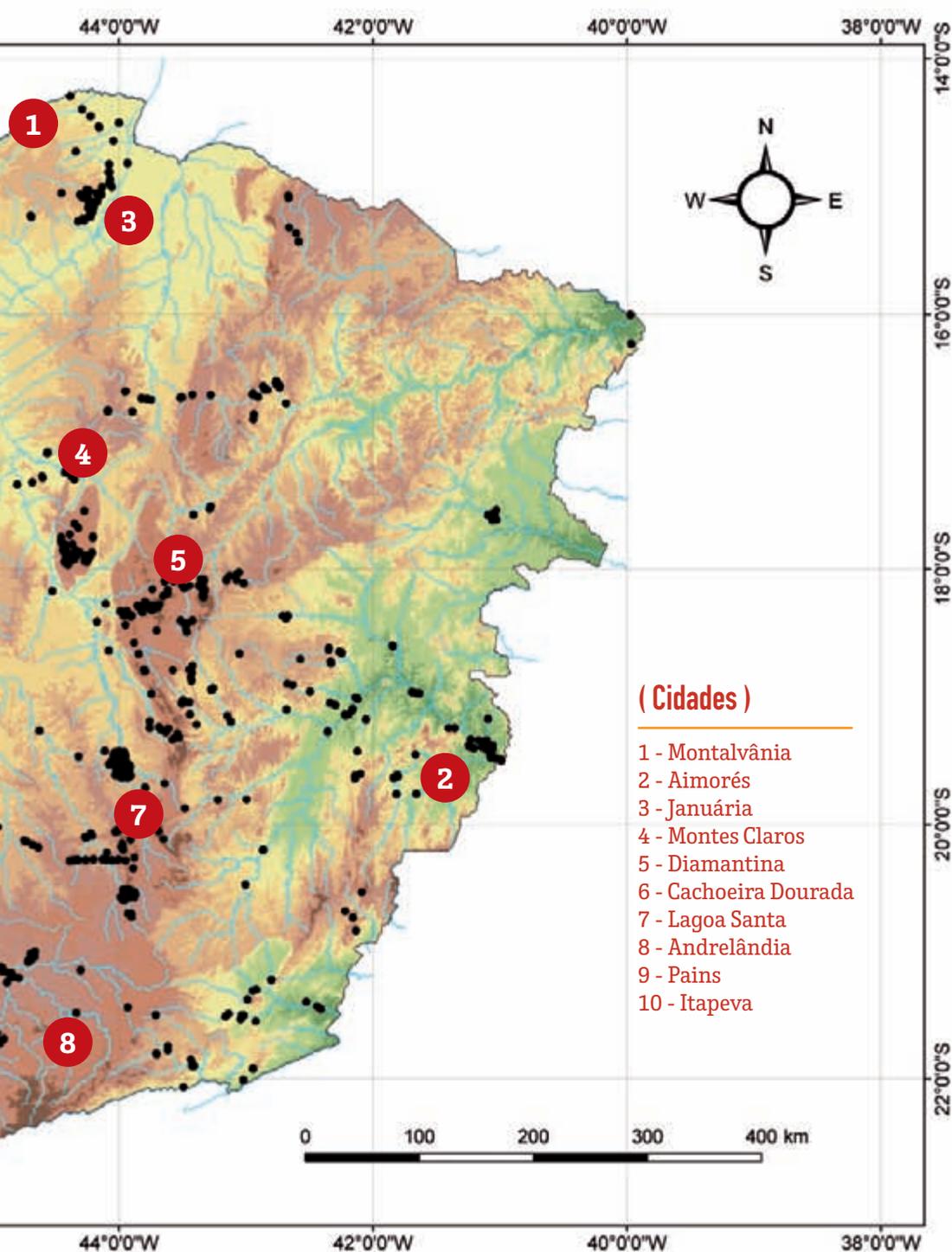
Figura 21: Artefatos polidos do sítio Toca dos Índios, Andrelândia, MG. Exceto ferramenta circundada – ponta de projétil lascada. Fonte: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande

Arqueologia de Minas Gerais

Sítios conhecidos (2013)



Cartografia: Alexandre H. Delforge Fonte: Iphan-MG





The background of the entire page is a close-up photograph of dry, cracked brown soil. The cracks are deep and irregular, creating a complex, textured pattern of ridges and valleys. The lighting is bright, casting shadows that emphasize the three-dimensional quality of the soil's surface.

(3)

**A CULTURA
MATERIAL
CERÂMICA**

(3) A CULTURA MATERIAL CERÂMICA

A cultura material cerâmica é um dos vestígios mais comuns evidenciados em sítios arqueológicos. Em Minas Gerais, quase em todas as regiões, é fato comum se encontrarem em superfície vestígios cerâmicos associados às ocupações indígenas.

Segundo André Prous (2006), é certo que, entre 2.500 anos e 1.200 anos antes do Presente (a.P.)³, grupos de agricultores ceramistas ocupavam todo o Brasil central, inclusive Minas Gerais.

Os vasilhames cerâmicos são produzidos por meio do processo de preparo de argilas. A produção pode ser descrita da seguinte forma:

- a) Inicia-se o processo com a seleção e preparo da matéria-prima.
- b) Modelagem para dar a forma desejada ao vasilhame⁴.
- c) Alisamento ou algum tipo de decoração plástica antes da queima.
- d) Queima dos vasilhames.
- e) Nova etapa de decoração, incluindo a pintura.
- f) Uso social.

3. O termo a.P., em Arqueologia, significa “antes do Presente”, sendo 1950 o ano de referência.

4. Na cerâmica pré-colonial (indígena), os vasilhames eram feitos pela técnica de acordelamento, ou seja, eram feitas pequenas cordas de argila, ligadas umas às outras por meio do alisamento até se obter a forma desejada.

Outra característica dos conjuntos artefatuais cerâmicos é a multiplicidade de usos que os vasilhames podem adquirir, tanto utilitários quanto simbólicos.

A cerâmica pode ser utilizada para preparar e armazenar alimentos (sólidos e líquidos), bem como para servir os alimentos preparados.

Além disso, é comum estarem associadas aos rituais indígenas, inclusive funerários (Figura 23).

No sul de Minas Gerais, por exemplo, no sítio Cerâmica Preta, em Itapeva (estudado pelo arqueólogo Alexandre Delforge), foi evidenciado um sepultamento dentro de urna cerâmica filiada à tradição aratu-sapucaí.

O mesmo ocorreu na cidade de Conceição dos Ouros, também no sul do estado (Figura 23). Esse tipo de sepultamento é conhecido entre arqueólogos como *sepultamento secundário*, em que há dois enterramentos. No primeiro, o indivíduo é enterrado diretamente no solo. No segundo, ele é desenterrado para um novo ritual, precedido de preparo dos ossos para novo enterramento.

Há também os enterramentos primários, alguns com intenso enxoval funerário (bens

associados ao sepultamento), entre eles os vasilhames cerâmicos.

Em Minas Gerais, os vários sítios arqueológicos com conjuntos artefatuais cerâmicos estão filiados às diferentes tradições arqueológicas (ou seja, maneiras diferenciadas de conceber, produzir e utilizar os vasilhames).

A **cerâmica tupi-guarani** tem uma dispersão territorial muito grande, abrangendo grande parte da costa leste do Brasil. Em Minas Gerais, são comuns na região leste, incluindo o Vale do Rio Doce e Zona da Mata, bem como no sul do estado (Figuras 23 e 25).

Essa tradição apresenta um conjunto artefactual bem diverso no que diz respeito tanto às formas quanto aos motivos decorativos. Há um grande investimento na decoração, sobretudo em alguns vasilhames pintados. Segundo André Prous (2005), as vasilhas tupis-guaranis apresentam geralmente borda reforçada típica e base arredondada, exceto para vasilhames pouco profundos, além da presença de inflexões entre o bojo (a parte central do vasilhame) e o ombro, bem como entre este último e a borda.



Figura 22: Escavação em laboratório de urna silo (para armazenar alimentos) Procedência: sítio Mato Seco 1. Filiação: tradição aratu-sapucaí. São Gonçalo do Abaeté, MG. Fagundes/2012



Figura 23: Escavação de urna tupi-guarani com sepultamento. Conceição dos Ouros, MG. Fagundes/2013



Figura 24: Urna aratu evidenciada em superfície na cidade de Juvenília, extremo norte do estado. Delforge/2011



Figura 25: Vasilhame cerâmico. Fonte: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande

As pinturas nos vasilhames são executadas com auxílio de pincéis, sendo as tintas utilizadas de cor escura (vermelho, marrom ou preto), sempre aplicada sobre um fundo branco. Há também o uso da decoração plástica, principalmente do tipo corrugada.

As cerâmicas tupis-guaranis são evidenciadas tanto em contextos utilitários quanto em contextos simbólicos.

Também com uma grande dispersão geográfica, a cerâmica associada à **tradição aratu-sapucai** está localizada em uma vasta área do estado, com grande concentração de sítios no Triângulo Mineiro (onde a cerâmica é muito bem estudada pela arqueóloga Márcia Angelina Alves, da Universidade de São Paulo) e na porção centro-oeste, sobretudo no Vale do São Francisco. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem estudado sistematicamente os conjuntos artefatuais da cidade de São Gonçalo do Abaeté, principalmente dos sítios Matos Seco 1 e 2 (datados entre 1.200 e 500 anos a.P.) e da cidade de Cachoeira Dourada, no extremo oeste do estado (datações em torno de 500 anos a.P.).

Entre as principais características que compõem os grupos associados a essa tradição, podem-se citar: ocupação de grandes espaços, onde constituíam grandes aldeias, geralmente próximas a pequenos rios (sempre afastadas dos grandes cursos d'água).

A cerâmica, por sua vez, é marcada pela diversidade dos vasilhames no que se refere à forma e pouco investimento decorativo. Geralmente são alisados – alguns tão bem alisados que lembram polimento.

Entre as diferentes formas, podem-se citar: grandes urnas funerárias piriformes; produção intensa de vasilhames grandes com cacos bem espessos; presença de vasos geminados (ou duplos); cachimbos tubulares (Figura 26) e rodelas de fuso (instrumento utilizado na tecelagem – Figura 27).



Figura 26: Cachimbo tubular em cerâmica associado à tradição aratu-sapucai. São Gonçalo do Abaeté, MG



Figura 27: Rodela de fuso, instrumento cerâmico típico da tradição aratu-sapucai. São Gonçalo do Abaeté, MG. Fagundes/2011

Finalmente, cabe apresentar as características na **tradição una**, comum no norte do estado e na região da província cárstica do Alto São Francisco (no sudoeste).

Na região Norte, o sítio mais conhecido com presença de cerâmica una é o Lapa do Gentio, sendo evidenciada uma cerâmica muito antiga, cerca de 3.500 anos a.P., mas com evidências sólidas a 2.600 anos a.P. (PROUS, 1992).

Em Unaí, os sítios estão localizados em abrigos que serviram de habitação. Entre os remanescentes arqueológicos encontrados, podemos citar a presença cerâmica, lascas não retocadas, pontas de ossos e muitos vestígios vegetais conservados. Outros sítios com características semelhantes foram encontrados em Montalvânia, Januária e Montes Claros, todas cidades do norte mineiro.

Segundo André Prous (1992), alguns sítios na região de Lagoa Santa apresentaram repertório cultural muito semelhante aos já citados, sendo certo que os abrigos parecem ter sido a habitação principal, com datação em torno de 1.620 anos a.P.

A cerâmica una dessas áreas se caracteriza pela ausência total de decoração, por vasilhames pequenos (nunca ultrapassando 22 cm), apresentando formas globulares ou cônicas. A textura da pasta é muito compacta e a queima, excelente. Há uma grande variedade na cor das paredes seguindo de preta polida, cinza até marrom-claro.

No sudoeste mineiro (comum também no Rio de Janeiro e Espírito Santos), na área hoje ocupada pela represa de Furnas, evidenciou-se outro tipo de vasilhames una, em uma fase denominada Piumhi, caracterizada pela presença predominante de cerâmica de tonalidade negra; presença de vasilhames pequenos e de formas globulares, cônicas e piriformes. Todos são atributos muito semelhantes ao que foi observado em Unaí. Nessa fase, André Prous destaca como principal característica dos vasilhames o corpo globular e a abertura constrita com pequeno gargalo.





(4)
A ARTE
RUPESTRE

(4) A ARTE RUPESTRE

Os sítios de arte rupestre são extremamente abundantes no território mineiro. Para caracterizar a arte rupestre conforme estilos diferentes de pintar ou gravar, arqueólogos têm subdividido esse tipo de vestígios em diferentes tradições.

Por arte rupestre se entende pinturas ou gravuras realizadas em paredões ou suportes rochosos por populações que ocuparam o território mineiro antes da chegada dos europeus.

De difícil interpretação – já que apresenta um caráter extremamente simbólico e os grupos que a confeccionou não existem mais –, mesmo assim a arte rupestre é uma importante fonte de informações para arqueólogos sobre o modo de vida no passado.

Há diferentes etapas do trabalho do arqueólogo especialista em arte rupestre, as quais podemos resumir em campo, laboratório e gabinete.

Em campo, o arqueólogo e sua equipe, como em uma escavação, obtêm o maior número de dados possível sobre o painel rupestre. Realiza croquis (desenhos); tira fotos utilizando diferentes equipamentos e em diferentes horários do dia, aproveitando luzes diferentes; faz filmagens e, como sempre, usa seu caderno de campo para anotações (Figura 28).

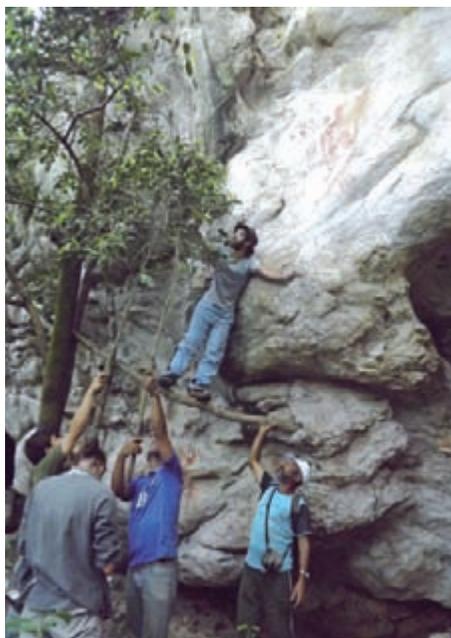


Figura 28: Registro do painel rupestre do sítio Lapa dos Bonecos, Felício dos Santos, MG. Observe o uso de andaime improvisado para se acessar o painel. Fagundes/2013



Figura 29: Painel rupestre filiado à tradição São Francisco do sítio Lapa dos Desenhos, Vale do Peruaçu, MG. Isnardis/2008

A história do estudo da arte rupestre em Minas Gerais tem seu ápice na década de 1970, com a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, dirigida pela arqueóloga francesa Anette Laming-Empeaire.

Com a Missão Francesa teve início a sistematização das pesquisas, principalmente na região de Lagoa Santa, internacionalmente conhecida pela sua importância arqueológica, englobando os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Vespasiano, Confins, Prudente de Morais e Sete Lagoas.

Contudo, foi o arqueólogo André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quem primeiro caracterizou a denominada **Tradição Planalto de Arte Rupestre**.

A Tradição Planalto foi definida a partir dos sítios de pinturas rupestres do Planalto Cárstico de Lagoa Santa – na região Central do estado.

Seus elementos definidores são as figurações de zoomorfos (forma de animais), sobretudo cervídeos e peixes, de composição monocromática (ou seja, de uma única cor), que são acompanhados de outros zoomorfos (quadrúpedes, geralmente menores que os cervídeos) e de antropomorfos muito esquematizados (imagens no decorrer do texto).

O vermelho é a cor marcante, mas há figurações em amarelo, preto e branco.

Outro traço marcante da Tradição é a prática de realizar intensas sobreposições nos painéis, sendo alguns adquirindo uma dimensão quase caótica. É necessário fixar bem na imagem para perceber as diferentes figurações, uma vez que, de longe, parece uma grande mancha vermelha.

No tocante às figurações zoomorfas, estas apresentam tratamentos gráficos variados, ora com preenchimento completo do corpo (figuras chapadas – **Figura 31**), ora com preenchimentos em linhas ou pontos (**Figuras 32 e 33**).

Variam também o tamanho das figuras e a atenção aos detalhes anatômicos, sendo frequentes as representações de cascos e galhadas. São abundantes, também, figuras geométricas em geral bem simples e sempre monocromáticas: bastonetes e pontos.

Segundo a arqueóloga Alenice Baeta, discutindo a região de Lagoa Santa, as representações zoomorfas, em especial dos quadrúpedes, são mais toscas, e as representações antropomorfas



Figura 30: Painel rupestre da Lapa do Caetano, Matozinhos, MG. Delforge/2013



Figura 31: Representação de cervídeo da Caverna Morena, Cordisburgo, MG. Delforge/2013

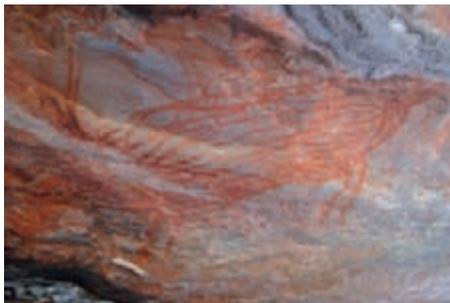


Figura 32: Representação de cervídeo. Sítio Itanguá 4. Sen. Modestino Gonçalves, MG



Figura 33: Representação de cervídeo. Lapa do Chumbinho. Diamantina, MG. Fagundes/2011

apresentam uma tendência filiforme estilizada mais estática, podendo haver a representação do órgão sexual masculino.

Ainda segundo a autora, se comparada com as da Serra do Cipó, as figuras zoomorfas dessa última (quadrúpedes e, sobretudo cervídeos) apresentam maior variedade de tipos, de tratamento gráfico, de dimensão e da elaboração gráfica.

Na região da Serra do Cipó, existem representações de miniaturas de cervídeos com galhadas bem detalhadas. As figuras antropomorfas apresentam muitas representações filiformes estáticas, entretanto pode-se perceber uma tendência tênue em representar formas humanas de maneira mais figurativa, indicando, inclusive, o gênero das representações, por meio da indicação dos órgãos sexuais masculinos e femininos, além de detalhes anatômicos tais como o cabelo, penteado, demarcação dos joelhos, cotovelos e dedos.

Em consequência disso, as cenas apresentam maior dinamismo corporal. Há cenas de cópulas entre biomorfos, além de representações antropomorfas e biomorfos “trapezistas”. Há também cenas tríades familiares, mostrando pai, mãe e o filhote (cutias, tatus e cervídeos), entretanto há raríssimas figuras picoteadas, mais comuns na região de Lagoa Santa.

Na região de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, coube à arqueóloga Vanessa Linke a caracterização inicial da arte rupestre regional. Os sítios também estão filiados à Tradição Planalto, porém com variações estilísticas diferentes de outras regiões com presença da tradição.

A autora definiu vários momentos em que as pinturas foram executadas, da mais antiga à mais recente, estabelecendo uma cronologia relativa para os painéis.

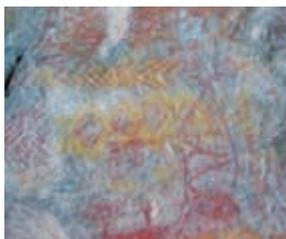
Mais ao norte, já no Vale do Araçuaí, os trabalhos efetuados pela equipe do arqueólogo Marcelo Fagundes têm identificado sítios de pinturas rupestres também filiados à Tradição Planalto, entretanto distintos estilisticamente daqueles de Diamantina e com uso diferenciado dos painéis. Além disso, na região da Serra do Ambrósio, entre Itamarandiba e Felício dos Santos, a equipe tem identificado painéis com figurações semelhantes estilisticamente às figurações das Tradições Nordeste e Agreste, comuns no nordeste do Brasil.

A **tradição São Francisco** recebe essa denominação por ser comum na região do vale do São Francisco. Segundo André Prous (1998), pode-se defini-la como uma tradição onde as figurações geométricas são superiores numericamente aos zoomorfos e antropomorfos, sempre entre 80% e 100% das figurações. Nas figuras pintadas a bicromia (utilização de duas cores) é intensa.

Ainda segundo Prous (1998), os zooformos que ocorrem são quase na totalidade peixes, cobras, lagartos e tartarugas (**Figura 37**).

Na cidade de Andrelândia, sul do estado, no sítio Toca do Índio, datado de 3.000 a.P., há um painel, com cerca de 50 m de extensão, que abriga mais de quinhentas figurações associadas à tradição São Francisco. Esse é considerado o principal sítio de arte rupestre do sul mineiro (**Figuras 34 a 36**).

Na região de Montalvânia, no norte do estado, ocorrem as manifestações relacionadas ao denominado **Complexo Montalvânia**, conforme explicado por André Prous (2006). De acordo com o autor, no complexo se combinam pinturas monocromáticas no teto dos abrigos e gravuras picoteadas. [Seria picotadas?] Os animais são raros, apenas lagartos são representados, mas há representações antropomorfas, de dardos e propulsores, representações de pés (aos pares ou alinhados – **Figura 38**).



Figuras 34 a 36: Figurações rupestres do sítio Toca do Índio, Andrelândia, MG. Fonte: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande



Figura 37: Painel rupestre associado à tradição São Francisco. Sítio Lapa da Caboclo. Fonte: Isnardis/2008



Figura 38: Lapa da Hidra, na região de Montalvânia. Acervo da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais





(5)
SÍTIOS E
REGIÕES

(5) ALGUNS SÍTIOS E REGIÕES ARQUEOLÓGICAS EM DESTAQUE

Como dito algumas vezes, Minas Gerais apresenta um riquíssimo patrimônio arqueológico. Sendo assim, é impossível não fazer injustiça citando apenas alguns dos sítios e regiões. Mesmo correndo o risco da mencionada injustiça, selecionamos alguns sítios regionais para que você tenha uma ideia preliminar dessa riqueza. Consulte em sua escola a possibilidade de visitar alguns desses sítios e acervos de Museu ou organize com seu professor atividades sobre o passado mineiro. Há vários sites interessantes que podem ser consultados e, certamente, você e seus colegas irão realizar uma viagem muito interessante ao passado de Minas Gerais!

(5.1) A CASA DA BARONESA, OURO PRETO

No ano de 2007, uma equipe chefiada pela arqueóloga Alenice Baeta, da Artefacto Consultoria, realizou uma grande intervenção arqueológica para revitalização e reutilização do jardim da Casa da Baronesa.

O projeto, subsidiado pelo **Programa Monumenta**, possibilitou a evidência de estruturas antigas da Casa da Baronesa, como muros de arrimo, pisos e canalizações, ruínas da antiga Santa Casa de Misericórdia.

Ao fim do projeto, o jardim foi revitalizado seguindo a evolução histórica da edificação (Fonte: <http://www.artefacto.com/servico/arqueologia-historica>).



Figuras 39 a 41: Intervenções arqueológicas na Casa da Baronesa, Ouro Preto, MG. Acima: ruínas do quintal . À esquerda: quintal antes da intervenção. À direita: mesmo local durante as intervenções. Fotos gentilmente cedidas por Artefacto, 2009

(5.2) ESCAVAÇÃO DO QUINTAL DA CASA DA CHICA DA SILVA, DIAMANTINA

Desde 2011, por meio de um convênio celebrado entre o IPHAN/MG e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o quintal da Casa da Chica da Silva tem passado por escavações arqueológicas coordenadas pelo arqueólogo Marcelo Fagundes.

O quintal, que passará por reformas para melhorias, apresenta uma importância histórica e cultural regional e, por força da Lei nº 3.924/1961, o repertório cultural em seu subsolo deve ser necessariamente estudado.

Assim, a pesquisa arqueológica tem como objetivo evidenciar os vestígios materiais e, mais que isso, produzir conhecimento sobre o uso e ocupação da casa ao longo de mais de duzentos anos.

Com o desenvolvimento da pesquisa, o projeto ampliou seus horizontes e, além de evidenciar remanescentes culturais importantes para se compreender o modo de vida e cultura da antiga Diamantina (séculos XVIII e XIX), tornou o sítio arqueológico um sítio-escola (um local onde alunos de Arqueologia e áreas afins têm oportunidade de aprender técnicas e métodos de escavação) e, principalmente, tem oferecido a oportunidade de inserir as comunidades na pesquisa arqueológica por meio da Educação Patrimonial.

Dois setores do quintal foram escavados e, dentre uma quantidade imensa de cultura material (mais de 20 mil fragmentos), podemos citar a presença de muitos cachimbos em cerâmica, faianças finas (Figuras 42 a 44), vidraria, metais, adornos (contas, crucifixos etc.).



Figuras 42 a 44: Conjunto artefactual cerâmico do Quintal da Casa da Chica. Faianças finas. Origem: Inglaterra. Macedo/2012



Figuras 45 e 46: Atividades de Educação Patrimonial no quintal da Casa da Chica, Diamantina, MG. Fagundes/2013

O **Programa de Educação Patrimonial** tem atendido a escolas de toda a região de Diamantina, no Alto Vale do Jequitinhonha. Os estudantes participam de palestras, oficinas, visitas guiadas à escavação e a exposição de Arqueologia sobre Minas Gerais.

Entre as várias atividades, os alunos participam de escavação simulada e oficina de arte rupestre, realizam atividades com cerâmica e ferramentas líticas e, no fim, têm a oportunidade de discutir a importância do patrimônio histórico-cultural da região (Figuras 45 e 46).

(5.3) O TRIÂNGULO MINEIRO

No extremo oeste do estado, o Triângulo Mineiro apresenta uma quantidade expressiva de sítios arqueológicos conhecidos. Recentemente, em consulta ao CNSA/IPHAN, foi possível identificar 97 sítios, entretanto, seguramente, há 146 sítios conhecidos e estudados regionalmente (FAGUNDES, 2012).

Talvez um dos mais importantes sítios arqueológicos do Triângulo Mineiro, o sítio Rezende apresenta cronologia muito interessante, com ocupação de caçadores coletores (7.300 anos a.P.) e de agricultores ceramistas, com datações muito próximas ao contato com os europeus.

Foi escavado por Márcia Angelina Alves e teve seu conjunto artefactual (lítico e cerâmico) estudado por Marcelo Fagundes em 2004. As primeiras ocupações de caçadores coletores estão representadas pela presença de material lítico bem sofisticado, sobretudo por raspadores finamente produzidos, além de estruturas de combustão.

As ocupações ceramistas iniciam por volta de 1.200 anos a.P. e seguem até período próximo ao contato com os europeus. A cerâmica está associada à tradição aratu-sapucaí, com conjunto artefactual representado por vasilhames diversificados na forma e ausência total de decoração (exceto por uma borda incisa).

O município de Cachoeira Dourada também apresenta um conjunto de sítios arqueológicos extremamente importantes para o conhecimento da pré-história regional. Dos onze sítios conhecidos, dois foram datados (Cargão II e III), obtendo-se resultado por volta de 600 a 500 anos a.P. Em Cachoeira Dourada e no município de Centralina, os sítios são multicomponenciais, apresentando ocupações tanto de caçadores coletores quanto de agricultores ceramistas. O lítico de caçadores coletores tem como principais ferramentas os



Figuras 47 e 48: Artefatos plano-convexos típicos de grupos de caçadores coletores. Ambos coletados em 2010 na margem direita do rio Tijuco, Ituiutaba, MG. Fagundes/2010

artefatos plano-convexos. Já o de ceramistas é mais simples, sendo mais comuns os raspadores em arenito silicificado, geralmente produzidos para uso e descarte imediatos. A cerâmica está associada à tradição aratu-sapucaí, com presença de vasilhames diversificados nas formas, mas com ausência de decoração, exceto por algumas bordas com incisões paralelas aos lábios dos potes.

Em Ituiutaba, em pesquisa realizada em 2010, o arqueólogo Marcelo Fagundes identificou 34 sítios arqueológicos, sendo a maioria concentrada na margem direita do rio Tijuco e representada por sítios relacionados à produção de artefatos líticos de grupos de caçadores coletores. Muito material cerâmico também foi identificado, sobretudo no sítio São Lourenço, que apresentou repertório cultural cerâmico extremamente importante, associado à tradição aratu-sapucaí.

(5.4) ÁREA ARQUEOLÓGICA DE LAGOA SANTA — O CASO DE LUZIA⁵

Uma das mais importantes áreas arqueológicas do Brasil (e do mundo) localiza-se no centro do estado, abrangendo terras dos municípios de Matozinhos, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins, Vespasiano, Prudente de Moraes e Sete Lagoas. Trata-se do Carste de Lagoa Santa (recebe esse nome em função da rocha dominante regionalmente, o calcário).

A história arqueológica da área é muito antiga, iniciando-se no século XIX com os trabalhos de pesquisa do naturalista dinamarquês Peter W. Lund.

Interessado na paleontologia, por um acaso evidenciou na Lapa do Sumidouro, em Matozinhos, fósseis megafauna associados a ossos humanos. Tal achado foi de fundamental importância, uma vez que, pela primeira vez na história da ciência, se pôde discutir a antiguidade da Humanidade, considerada muito recente naquele momento. Logo, percebe-se a importância cultural e histórica dos vestígios arqueológicos do Carste de Lagoa Santa.

No decorrer dos anos, muitas outras pessoas, a maioria amadores, fizeram intervenções nas centenas de grutas e lapas na região até que, na década de 1970, uma missão francesa chefiada pela arqueóloga Annette Laming Emperaire deu início à Arqueologia profissional (acadêmica).



Figura 49: Reconstituição facial de Luzia. Acervo do Museu Nacional/ UFRJ

5. Imagem da reconstituição do rosto de Luzia gentilmente cedida pelo Museu Nacional/UFRJ

De toda a contribuição das pesquisas, certamente a mais importante (e conhecida) foi a evidenciação do crânio de Luzia – considerada a mais antiga mulher do continente americano.

Datada em cerca de 11.500 anos a.P., recentemente tem sido estudada pelo bioantropólogo da Universidade de São Paulo professor Walter Neves, que anunciou à comunidade científica um fato muito inesperado e de suma importância para a Ciência: Luzia pertencia a um grupo “étnico” diferente do que é observado entre os indígenas atuais. Ela era negroide.

Essa informação tem contribuído para a compreensão de como e quando o continente americano foi ocupado, uma questão ainda muito polêmica na comunidade científica.

(5.5) SÍTIO TOCA DO ÍNDIO, ANDRELÂNDIA

Localizado na Serra de Santo Antônio, no município de Andrelândia, no sul do estado, o sítio arqueológico Toca do Índio é um dos mais importantes sítios regionais. A sua maior riqueza certamente é seu painel rupestre com cerca de 50 m de extensão e com a presença de mais de quinhentas figurações associadas à tradição São Francisco.

Atualmente a área é protegida e coordenada pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande (NPA), que tem promovido a gestão local, incluindo visitação ao sítio arqueológico (todas as informações disponíveis em http://www.npa.org.br/npa_parque_arqueologico.php).

Além das figurações rupestres, as escavações permitiram a evidenciação de um rico repertório cultural, incluindo vestígios líticos e cerâmicos, datados de cerca de 3.000 anos a.P. (algumas figuras ao longo do texto).

(5.6) A REGIÃO DE DIAMANTINA

A região de Diamantina, no Alto Vale do Jequitinhonha, tem sido palco da pesquisa arqueológica faz algum tempo. Entretanto, foi a partir de 2004 que a pesquisa acadêmica sistemática teve maior impulso com os trabalhos do arqueólogo Andrei Isnardis e equipe, do Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Mais recentemente (desde 2009), a equipe do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri também tem atuado na área, contudo investindo mais intensamente na face nordeste da região, já no Alto Vale do Rio Araçuaí, em terras dos municípios de São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Felício dos Santos e Itamarandiba.

Trata-se de uma região riquíssima, com patrimônio arqueológico (é a região de Minas Gerais com maior número de sítios arqueológicos registrados no IPHAN) que segue de ocupações

muito antigas (cerca de 10.000 anos a.P.) até as ocupações históricas relacionadas ao ciclo do ouro em Minas Gerais, apresentando muitos vestígios dos séculos XVIII e XIX (casario, igrejas, remanescentes de quilombos, sítios relacionados à mineração etc.).

Em relação às ocupações pré-coloniais, uma das principais características é a presença de centenas de abrigos (lapas, como são conhecidos regionalmente), com presença de arte rupestre filiada à tradição Planalto, sendo certo que mais de trezentos sítios já são conhecidos e estudados pelas duas equipes.

Entre os sítios estudados pela UFMG, um dos mais importantes é a Lapa do Caboclo, no distrito do Batatal, em Diamantina. O sítio apresentou riquíssimo repertório cultural, incluindo vestígios líticos, alguns fragmentos cerâmicos, abundante material vegetal (incluindo espécies domesticadas, como milho) e estruturas funerárias (Figura 51). A ocupação mais antiga do sítio é de cerca de 10.000 anos a.P. e, após um intervalo sem ocupação, o abrigo volta a ser ocupado em torno de 1.300 anos a.P.

Outro sítio extremamente importante no contexto regional é o Itanguá 2, localizado na divisa entre Senador Modestino Gonçalves e Itamarandiba, escavado pela equipe do LAEP/UFVJM.

Já em Senador Modestino Gonçalves, a equipe do LAEP/UFVJM tem trabalhado em muitos sítios arqueológicos. A principal escavação foi do sítio Itanguá 2. Trata-se de um abrigo sobre



Figura 50: Fazenda Santa Cruz do Gavião. Vale do Jequitinhonha, MG. Fagundes/2013



Figura 51: Sepultamento pré-colonial da Lapa do Caboclo. Diamantina, MG. Isnardis/2009



Figura 52: Escavação do sítio Itanguá 2. Sen. Modestino Gonçalves, MG



Figura 53: Escavação do sítio Lapa do Macaco. Felício dos Santos, MG. Fagundes/2013

rocha, com presença de algumas poucas figurações rupestres associadas às tradições Planalto e Nordeste. A escavação ocorreu no ano de 2010, quando foi possível identificar uma rica indústria lítica associada a estruturas de combustão datadas entre 800 e 600 anos a.P. (Figura 52).

Mais recentemente, uma ação conjunta entre o Setor de Arqueologia da UFMG e o LAEP/UFVJM escavou o sítio Lapa da Onça. Anteriormente sondado pela equipe do LAEP/UFVJM, teve datação de 8.950 anos a.P. Dada a importância desse sítio, além de possibilitar maior interação e trocas entre as duas equipes, em outubro de 2013 o sítio foi novamente escavado. Além de uma significativa indústria lítica em quartzo, foi possível evidenciar alguns fragmentos cerâmicos e muito material vegetal, inclusive milho, indício de uma horticultura regional.

Ainda em 2013, a equipe do LAEP/UFVJM tem trabalho intensamente o Complexo Arqueológico do Cabeça, em Felício dos Santos. São cinco sítios com riquíssimo repertório cultural, sobretudo relacionado à arte rupestre. O sítio Lapa do Macaco foi escavado em novembro de 2013, sendo evidenciados três pacotes de ocupação (datação em processamento) e uma rica indústria lítica em quartzo (Figura 53).

(5.7) A REGIÃO DE PAINS — O SÍTIO BURACÃO DOS BICHOS⁶

Segundo informações gentilmente cedidas pelo arqueólogo Gilmar Henriques, o sítio arqueológico Buracão dos Bichos está inserido em uma caverna calcária (Figura 54) no município de Piumhi, na extremidade sudoeste do Carste do Alto São Francisco. A caverna está inserida em um *canyon* escavado na rocha nua pelo córrego Grande, tributário da margem direita do rio São Francisco.



Figura 54: Caverna calcária onde se encontra o sítio arqueológico Buracão dos Bichos. Piumhi, MG



Figura 55: Sítio Buracão dos Bichos. Piumhi, MG

No sítio foram encontrados vários fragmentos de vasilhames cerâmicos indígenas (Figura 56), estruturas de combustão, ossos de animais (Figura 57), conchas de moluscos bivalves, artefatos feitos em osso, além do fragmento distal de um machado semilunar (Figura 58).

Escavado em 1971 por uma equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) do Rio de Janeiro, o sítio Buracão dos Bichos forneceu o material cerâmico para os estudos do professor Ondemar Dias Jr., um dos principais nomes do IAB, e arqueólogos do país. Os dados resultaram na definição de uma variação estilística da tradição una, a então chamada fase Piumhy (em homenagem ao município).

Dias Jr. sustenta que essa tradição arqueológica teria sido produzida por grupos de horticultores ceramistas pré-históricos, que tinham em cavidades naturais, cavernas e abrigos rochosos os seus locais de moradia.

Sua cerâmica seria caracterizada por pequenos vasilhames de contornos globulares ou piriformes, formas fechadas e abertas, produzidas com um antiplástico mineral (Figura 59). Os tratamentos de superfície seriam caracterizados pela técnica do alisamento, polimento, aplicação de engobo e brunidura.

As escavações possibilitaram as primeiras datações radiocarbônicas feitas na região do Carste do Alto São Francisco. A amostra SI 2.360 foi datada em 1.840 ± 90 anos a.P., uma das mais antigas datações radiocarbônicas de um registro arqueológico vinculado à tradição una.



Figuras 56 a 58: exemplares arqueológicos encontrados no sítio. Da esquerda para direita: fragmento de vasilhame cerâmico indígena, ossos de animais e fragmento distal de um machado semilunar. Piumhy, MG

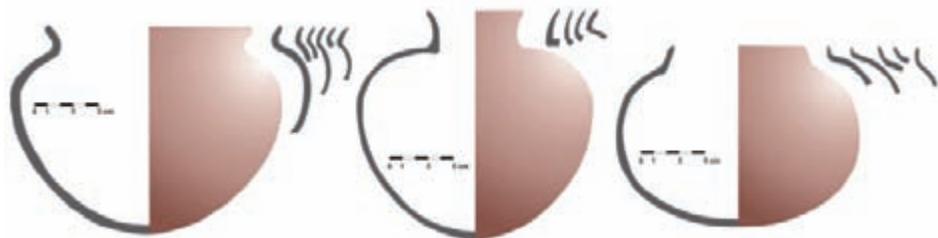


Figura 59: Reconstituição de vasilhames una.

6. Informações e imagens gentilmente cedidas pelo arqueólogo Gilmar Henriques Jr.

(6) PARA QUEM GOSTA DE LER

Seguem leituras recomendadas, algumas citadas no corpo do texto.

- BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- DEVEREUX, Paul. **Arqueologia: o estudo do nosso passado**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- FAGUNDES, Marcelo. Das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro – a história indígena pré-colonial. **Índios do Triângulo Mineiro**, MG. Uberlândia: EDUFU, no prelo.
- FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2010.
- FILIPPO, Raphaël. **A Arqueologia passo a passo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- GASPAR, Maria Dulce. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2010.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.
- PROUS, André. **A cerâmica Tupiguarani**. Ciência Hoje, 2005. Disponível em: http://www.lutzhoeerner.de/HU/textos%20em%20portugues/tupi_cultura.pdf.
- RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2009.

(7) PARA QUEM GOSTA DE NAVEGAR NA INTERNET

Visite as páginas abaixo. Elas trazem informações muito interessantes sobre a Arqueologia brasileira, em especial em Minas Gerais.

- Fundação Itaú Cultural. <http://itaucultural.org.br/arqueologia/>
- Fundação Museu do Homem Americano. <http://fumdham.org.br/>
- Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. <http://www.mae.usp.br/>
- Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. <http://www.mhnjb.ufmg.br/>
- Museu de História Natural da PUC-MG. http://www.pucminas.br/museu/index_padrao.php
- Museu Arqueológico de Lagoa Santa (Museu da Lapinha). http://www.lagoasantamg.com.br/paginas_site/default.asp?PAG_SEQ=6277
- Museu Arquelógico do Carste do Alto São Francisco (MAC). <http://mac-asf.blogspot.com.br/2011/10/seminario-do-projeto-arcos-pains.html>
- Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande (NPA). http://www.npa.org.br/npa_parque_arqueologico.php





Promotora Estadual de
Defesa do Patrimônio
Cultural e Turístico
de Minas Gerais

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

www.mpmg.mp.br

Rua Timbiras, 2.941 - Barro Preto
Belo Horizonte/MG
CEP 30140-062
(31) 3250-4619 / 3250-4620
cppc@mpmg.mp.br